

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Marcelo Copetti Endres

**A MORALIDADE PARA A PSICOLOGIA EXPERIMENTAL DE JONATHAN HAIDT**

PORTO ALEGRE  
2021

MARCELO COPETTI ENDRES

**A MORALIDADE PARA A PSICOLOGIA EXPERIMENTAL DE JONATHAN HAIDT**

Monografia apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a conclusão do curso de Bacharelado em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Weiss

PORTO ALEGRE  
2021

Marcelo Copetti Endres

A MORALIDADE PARA A PSICOLOGIA EXPERIMENTAL DE JONATHAN HAIDT

Monografia apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a conclusão do curso de Bacharelado em Ciências Sociais.

Porto Alegre, 1 de junho de 2021.

BANCA EXAMINADORA:

---

Profa. Dra. Raquel Weiss (Orientadora)

---

Prof. Dr. Enio Passani

---

Prof. Renan Santos

## **AGRADECIMENTOS**

Aos colegas e professores do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por proporcionarem espaço e diálogo para as ideias que contribuíram para esse trabalho. Aos amigos e familiares, pelo apoio, paciência e motivação. À Raquel Weiss, pela orientação dedicada e prestativa. Aos professores Enio Passani e Renan Santos por compor a banca de avaliação desse trabalho.

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo investigar, através dos experimentos de Jonathan Haidt e de discussões subsequentes, o modo pelo qual fazemos nossos julgamentos morais e como adquirimos nossos princípios, inclinações e intuições morais. A metodologia utilizada foi a de revisão bibliográfica a partir de livros de divulgação científica, artigos científicos e acadêmicos voltados para os estudos experimentais acerca do funcionamento e da origem da moralidade.

Palavras-chave: Teoria dos Fundamentos Morais; Cognição Moral; Sociologia da Moral; Psicologia da Moral; Intuicionismo.

## **ABSTRACT**

This work aims to investigate, through Jonathan Haidt's experiments and subsequent discussions, the way in which we make our moral judgments and how we acquire our moral principles, inclinations and intuitions. The methodology used was that of bibliographic review based on books of scientific divulgation and academic articles aimed at experimental studies about the functioning and the origin of morality.

Keywords: Moral Foundations Theory; Moral Cognition; Moral Sociology; Moral Psychology; Intuitionism.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - O hexágono cognitivo (Gardner 2003, p. 52) .....	11
<b>Figura 2</b> - Modelo Intuicionista Social (Haidt 2001, p. 815) .....	15

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>2 CONTEXTUALIZAÇÃO: CENÁRIO GERAL CIENTÍFICO E FILOSÓFICO DA PSICOLOGIA DA MORAL</b> .....	15
<b>3 A MORALIDADE PARA A PSICOLOGIA EXPERIMENTAL DE JONATHAN HAIDT</b> .....	19
3.1 O intuicionismo social.....	19
3.2 Os três conjuntos éticos .....	20
3.3 Os experimentos de Haidt .....	22
3.4 A origem da moralidade.....	25
<b>4 CRÍTICAS: DIVERGÊNCIAS E CONVERGÊNCIAS</b> .....	28
4.1 O emocionismo de Jesse Prinz .....	28
4.2 Joshua Greene.....	31
4.3 A resposta racionalista: o experimento de perplexidade moral visto pela ótica do risco de dano .....	32
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	34
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	36



## 1 INTRODUÇÃO

Desde a sua fundação, a sociologia tem o estudo da moralidade como um aspecto central. Em Durkheim e em Weber assim como nos estudos sociais de Adam Smith e Stuart Mill, a moralidade é considerada um objeto fundamental nas investigações sobre o funcionamento da sociedade, da economia e da cultura. Essa centralidade não se manteve nas décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial, mas a sociologia da moral está vivendo um renascimento desde o começo do século XXI (HITLIN, 2014; WEISS, 2015). Exemplos dessa retomada são a criação da seção Altruism, Morality and Social Solidarity da American Sociological Association (2011) e no caso do Brasil, do GT Antropologia e Sociologia da Moral na ANPOCS coordenada por Alexandre Werneck e Patrice Schuch (WEISS, 2015).

Para Hitlin, a retomada do estudo da moralidade na sociologia acompanha o florescimento de trabalhos sobre o assunto em uma série de outras disciplinas correlatas. “Psicologia social, antropologia, neurociência e psicologia do desenvolvimento têm explorado um grande número de micro e macro mecanismos compreendidos no domínio da moral (...)” (HITLIN, 2015). Segundo Weiss, diferentemente do que ocorreu no movimento inicial, no atual ressurgimento da moral como objeto de pesquisa sociológica, existe a necessidade para a sociologia de atentar para as demais disciplinas. Para a autora, existe o

(...) reconhecimento da necessidade de uma perspectiva interdisciplinar, de modo a contemplar a moral como um fenômeno complexo, cuja compreensão demanda levar em consideração as discussões travadas por diversas áreas do conhecimento, desde a filosofia até as neurociências (WEISS, 2015).

Durante esse período, algumas lacunas surgiram não só para a sociologia, mas também para as demais disciplinas, dado que a sociologia não pôde oferecer o auxílio teórico, metodológico e empírico necessário para que o estudo da moral se tornasse mais abrangente e interdisciplinar. No capítulo intitulado de “Back to the Future – Reviving the Sociology of Morality” os autores Steven Hitlin e Stephen Vaisey comentam, em tom crítico, sobre o atraso da centralidade do tema da moral no âmbito da sociologia:

(...) it is especially disconcerting given the explosion of interest in morality happening in law (e.g., Sunstein 2004), neuroscience (e.g., Greene et al. 2004), philosophy (e.g., Knobe and Leiter 2007), and

Greene et al. 2004), philosophy (e.g., Knobe and Leiter 2007), and psychology (e.g., Haidt 2001, Hauser 2006). Researchers in these fields have even started to recognize that they need to think more deeply about the social dimensions of morality (e.g., Haidt and Graham 2009, Turiel 2002). Unfortunately, after neglecting morality for decades, we have too little systematic guidance in sociology to provide our peers (HITLIN e VAISEY, 2010).

Há ainda uma outra problemática, não relacionada diretamente ao já citado atraso dentro da sociologia da moral, mas que pode ganhar soluções com o renascimento dessa área de pesquisa. Trata-se do conflito e aversão mútua entre as ciências naturais e sociais. O conflito, que remonta ao surgimento da sociobiologia na década de 1950, faz com que cada um dos lados trate os conhecimentos “rivais” com menosprezo, hostilidade ou simplesmente os ignore. Por parte de biólogos, há uma forte tendência por menosprezar a dimensão cultural e histórica na vida social (e moral) enquanto que do lado sociológico há uma repulsa a tudo aquilo que remeta ao reducionismo biológico como a pesquisa com genética e o uso do raciocínio evolucionista. Mesmo com as recentes tentativas de abertura e síntese, esse conflito ainda precisa ser apaziguado para que se desenvolva o reconhecimento interdisciplinar mútuo (WEISS, 2015).

Essa relação conflituosa é uma das causas do descompasso entre as ciências que estudam a moral e faz com que surjam preconceitos de ambos os lados. Como consequência, impede que a sociologia acompanhe de perto as recentes descobertas em outras disciplinas ao mesmo tempo em que limita o alcance da sua contribuição. Conforme Hitlin e Vaisey (2010), cientistas sociais podem atribuir demasiado “individualismo” aos trabalhos realizados dentro das ciências cognitivas e neurociências enquanto que nestas disciplinas já haveria trabalhos abertos a incorporação de elementos socioculturais:

(...) aversion to research in these fields has made it less likely that sociologists would be influenced by the developments in the cognitive and neurosciences that have been at the heart of morality’s resurgence as a focus of inquiry (e.g., Sinnott-Armstrong 2008). Unfortunately, many sociologists exaggerate the “individualism” of psychological work that incorporates biological factors, when in fact, exemplars of this tradition go to great extent to discuss the interplay of genetic predispositions and environments (e.g., Caspi et al. 1998, Moffitt et al. 2002). (HITLIN e VAISEY, 2010).

A obra de Jonathan Haidt que é analisada no presente trabalho é um exemplo desse tipo de trabalho da psicologia de que falam Hitlin e Vaisey (2010).

A suspeita diante das ciências biológicas e cognitivas, quando impede a capacidade da sociologia de dialogar, pode levar a modelos teóricos “supersocializados” e empobrecer as descrições dos fatores ambientais:

The widespread suspicion of the biological and cognitive sciences helps explain sociology’s lack of engagement with interdisciplinary dialogue about morality, runs the risk of suggesting “oversocialized” models of human development (e.g., Wrong 1961), and leaves the discussion of environmental factors in the hands of scholars less suited to describe, theorize, and measure them (HITLIN e VAISEY, 2010).

Felizmente, a hostilidade tende a diminuir conforme a produção científica contemporânea se complexifica e as fronteiras entre as disciplinas sociais, comportamentais e biológicas se dissolvem (HITLIN e VAISEY, 2010). Para os autores Hitlin e Vasey, os pesquisadores têm se tornado cada vez mais interessados no interstício entre fatores biológicos, diferenças individuais e as macrodinâmicas dos ambientes socioculturais. Nesses casos, mesmo os modelos teóricos da biologia ou da psicologia tendem a ser abertos à incorporação de fatores sociais. Entre esses pesquisadores encontra-se o psicólogo social Jonathan Haidt:

More specifically, many biologically and cognitively influenced models of morality are not hostile to social factors but are explicitly designed to incorporate them (e.g., Haidt and Graham 2009, Oishi et al. 2009) (HITLIN e VAISEY, 2010).

Segundo Hitlin e Vaisey, pesquisadores de campos não sociológicos não têm a experiência e o treinamento necessários para teorizar e medir os fatores sociais de forma efetiva (HITLIN e VAISEY, 2010). Para eles, a sociologia da moral não corre o risco de desaparecer ou de empobrecer a nível teórico se absorver e dialogar com os conhecimentos das disciplinas correlatas. Pelo contrário, muito poderá contribuir para explicações mais complexas e acuradas da moralidade:

Overcoming our in-group prejudice against biological and psychological factors will not lead to a rampant reductionism and the demise of our discipline, but will contribute to a more realistic

integration of social, psychological, and biological explanations of moral phenomena (HITLIN e VAISEY, 2010).

Ao mesmo tempo em que a sociologia da moral tem muito a ganhar com um debate mais aprofundado com trabalhos que fazem uso de vieses biológicos, ela precisa ser levada a sério para que seus insights também sejam recebidos pelas demais disciplinas:

But this can only happen to the extent we demonstrate that we have substantive contributions to make and are willing to listen and learn (HITLIN e VAISEY, 2010).

O presente trabalho tem relação com a busca por mútuo entendimento e síntese teórica entre as disciplinas que estudam a moralidade. Trata-se de uma tentativa de entender se o trabalho do psicólogo social Jonathan Haidt tem algo a acrescentar à nova sociologia da moral e se o mesmo apresenta aberturas para possíveis contribuições sociológicas. Para que se possa ampliar o diálogo entre as disciplinas pergunta-se se há conceitos desenvolvidos nos trabalhos de Haidt que podem contribuir com a sociologia da moral de acordo com o novo paradigma multidisciplinar descrito por Hitlin (2015).

Se entendermos que a sociologia, como sustenta Hitlin, “(...) tenta estabelecer pontes entre as forças macro estruturais e culturais (...) e a experiência vivida e influências não percebidas sobre os comportamentos (...)”, e que os fenômenos “macro” são instanciados no nível interacional, então a psicologia social com um olhar acostumado às micro interações tem muito a contribuir (HITLIN, 2014). Entretanto, o trabalho psicológico costuma estar alheio a programas de pesquisa mais orientados para os fatores macro:

(...) many scholars are now beginning to realize that we cannot learn everything we want to know about morality using fMRI machines. Without due consideration of the social and cultural dimensions of human morality, our collective understanding of the subject will remain exceedingly limited (HITLIN e VAISEY, 2010).

Vaisey e Hitlin nos falam de três aspectos analíticos que a nova sociologia da moral deve apresentar para se consolidar:

(1) attention to social structures, resources, and power; (2) a focus on historically and socially patterned complexes of meaning; and

(3) an emphasis on studying moral judgment, action, and discourse in ecologically valid contexts (HITLIN e VAISEY, 2010).

Segundo os autores, essas três ênfases são compatíveis com muitos dos estudos recentes da psicologia, biologia e economia para o estudo da moralidade e ainda ajudariam a corrigir as falhas metodológicas com relação aos aspectos sociais que caracterizam essas abordagens (HITLIN e VAISEY, 2010).

Esta pesquisa tem como objetivo analisar, a partir do diagnóstico de Steven Hitlin (2015) para a nova sociologia da moral, alguns dos experimentos realizados por Jonathan Haidt (2000, 2001, 2008, 2020), e discussões subsequentes feitas por Jesse Prinz (2007), Joshua Greene (2018) e outros. Esses experimentos e discussões têm viés cognitivista e investigam o modo pelo qual fazemos nossos julgamentos morais - se guiados por nossas emoções ou através de deliberações racionais - e como adquirimos nossos princípios, inclinações e intuições morais.

A metodologia utilizada foi a de revisão bibliográfica e leitura estrutural (no caso dos trabalhos de Haidt) a partir de livros de divulgação científica e artigos científicos e acadêmicos voltados para os estudos experimentais acerca do funcionamento e da origem da moralidade. Para isso, foram consideradas diferentes formas de produção de conhecimento, como a psicologia, as neurociências, a antropologia, a biologia evolutiva e a filosofia (experimental e teórica), muitas vezes reunidas no mesmo campo interdisciplinar das ciências cognitivas. Nesse percurso investigativo, foram mobilizados conceitos como “raciocínio moral”, “julgamentos morais”, “tomada de decisão”, “desenvolvimento moral”, “aversão”, “orientação ideológica”, “intuições morais”.

O trabalho está dividido em cinco capítulos a começar pela presente introdução. Há, no segundo capítulo, a delimitação e a definição de algumas das ferramentas teóricas que envolvem o assunto do presente trabalho - a psicologia da moralidade humana para Jonathan Haidt. Para que se compreenda o panorama geral dos estudos já realizados sobre o tema, tanto na área da psicologia como na sua interface com as demais disciplinas correlatas, o segundo capítulo sintetiza brevemente algumas das principais vertentes teóricas.

O terceiro capítulo traz uma exposição das ideias e experimentos centrais de Jonathan Haidt, psicólogo social responsável por uma proeminente versão de nativismo moral - corrente explicativa sobre a origem de nossos princípios morais que

sugere que a mente humana está de alguma forma predisposta a se tornar “moralista”. São as suas contribuições no campo da psicologia social experimental que compõem o principal enfoque deste trabalho. Aqui, faz-se menção a quatro trabalhos de Haidt - *Moral dumbfounding: When intuition finds no reason* (2000), *The emotional dog and its rational tail: a social intuitionist approach to moral judgment* (2001), *Social intuitionists answer six questions about moral psychology* (2008) e seu livro mais famoso, traduzido para o português sob o título *A mente moralista* (2020).

Em seguida, no quarto capítulo, apresenta-se algumas das principais interpretações e respostas às teses levantadas por Haidt em trabalhos de autores como Jesse Prinz (2007), Joshua Greene (2018) e o argumento de Sinnott-Armstrong, Yin e Stanley (2019).

O último capítulo é dedicado às considerações finais, onde é feito um balanço das reflexões expostas e são apontadas algumas conclusões.

## 2 CONTEXTUALIZAÇÃO: CENÁRIO GERAL CIENTÍFICO E FILOSÓFICO DA PSICOLOGIA DA MORAL

Com a separação formal da psicologia e da filosofia no final do século XIX, as investigações acerca da moralidade, antes restritas ao escopo filosófico, adquirem um novo verniz. A psicologia experimental, inicialmente voltada aos estudos comportamentais e de patologias, expande-se consideravelmente e, nos anos 50, começa a direcionar sua atenção ao papel da cognição e a conceitos antes negligenciados como, por exemplo, memória e percepção. Em movimento semelhante, áreas como a linguística, a antropologia e a ciência da computação demonstram interesse em pesquisas voltadas à mente humana. Propõem-se, então, em um conjunto de estudos interdisciplinar, as hoje conhecidas ciências cognitivas.

No hexágono cognitivo exposto abaixo, vemos a relação estabelecida entre campos distintos do conhecimento - linhas cheias quando o vínculo já está solidificado, e linhas tracejadas quando a aproximação ainda é insipiente.

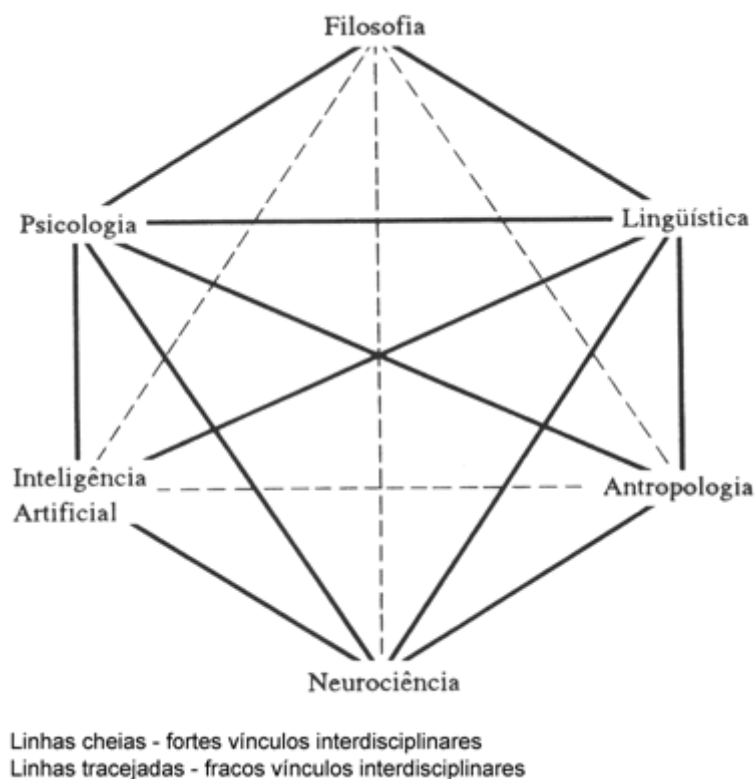


Figura 1 - O hexágono cognitivo (Gardner 2003, p. 52).

O debate filosófico em moralidade, precursor em especulações sobre o assunto, segue sendo relevante. Entender em que medida nossos julgamentos morais são guiados pela emoção - por sentimentos e sensações - ou dirigidos pela razão - através de um controlado processo de inferências e análise de dados -, mantém seu papel em estudos posteriores de psicólogos e antropólogos como Jonathan Haidt, Richard Shweder e Jesse Prinz. O antigo embate entre abordagens emocionistas e racionalistas carrega nomes célebres como Hume, defensor da razão como escrava das paixões e Kant, cuja visão de deliberação moral demanda uma cuidadosa análise da situação a partir de princípios universalizantes.

Quando falamos de moralidade, podemos formular diferentes questões sobre o tema. Para organizar nosso pensamento, é importante distinguir o que exatamente se está inquirindo. Neste trabalho iremos, a partir de Haidt (2000, 2001, 2008, 2020), analisar as principais respostas às seguintes perguntas: (a) de que forma um juízo moral é realizado? (b) qual a natureza dos nossos princípios morais?

Além da divergência quanto ao caráter racional ou emocional dos nossos juízos morais, é possível observar que os autores aqui analisados (Greene, Haidt, Prinz) não compartilham as mesmas concepções quanto a outras questões metaéticas. Questões como, por exemplo, se existem ou não fatos morais e se, ao fazermos julgamentos morais, estamos declarando crenças ou expressando estados mentais não cognitivos, como desejos (que não podem ser verdadeiros ou falsos).

O realismo moral - a ideia de que há fatos morais dotados de existência no mundo externo e independentes da percepção humana - possui algumas formulações conhecidas. Uma delas, defendida por teóricos como Sam Harris (2010), é a vertente naturalista, onde se compreende fatos morais enquanto fatos naturais, isto é, asserções normativas passíveis de descrição pelas ciências naturais e redutíveis a asserções descritivas. A vertente não-naturalista é a visão em metaética de que a filosofia moral é autônoma em relação às ciências naturais porque os predicados normativos não podem ser reduzidos a predicados descritivos - a formulação mais importante dessa ideia foi feita por G. E. Moore (1903) em seu *Principia Ethica*.

Comumente, o objetivismo moral, como o realismo também pode ser chamado, apresenta-se como um tipo de ética cognitivista, pois reconhece que sentenças morais possuem valor de verdade, uma vez que são proposições, ou seja, são



expressões declarativas passíveis de serem julgadas verdadeiras ou falsas. Mas essa vinculação não é obrigatória.

Há, ainda, outras visões dignas de nota. Dentre elas, vale mencionar a perspectiva subjetivista. O subjetivismo moral defende que a verdade dos enunciados morais é dependente das preferências interiores do sujeito em questão, ou seja, quem julga define o que é ou não correto conforme suas disposições subjetivas. Teorias subjetivistas são antirrealistas, na medida em que rejeitam a objetividade dos fatos morais e sua apreensão através de inferências lógicas, mas podem ser cognitivistas, desde que não neguem o caráter propositivo de sentenças morais. São formas de subjetivismo, por exemplo, a Teoria do espectador ideal (Hume, Adam Smith) e a Teoria do comando divino, presente em formulações teístas. Essa última, apesar de comumente apresentada por seus entusiastas como uma opção substancialmente oposta ao relativismo moral (o mais comum sendo o relativismo cultural, onde a moralidade oscila de acordo com o referencial cultural do indivíduo), configura uma variação de uma mesma abordagem metaética.

As abordagens não cognitivistas, por sua vez, negam o valor de verdade em sentenças ou declarações morais, pois as encaram como simples manifestação de aprovação ou desaprovação, sentimentos ou decisões, algo como “que horror!” ou “que incrível!”, e não como proposições descritivas. Jesse Prinz, emocionista influente, defende uma tese construtivista da moral, afastando-se do pólo racionalista. Para o autor, os nossos valores morais não só são baseados em nossas respostas emotivas, como essas respostas impressas em nós pela cultura em que estamos imersos. Sua argumentação, desenvolvida em *The emotional construction of morals* (2007), será exposta mais adiante em contraste com o raciocínio apresentado por Haidt.

Dentre as contribuições da antropologia para o tema, vale mencionar a extensa lista de universais humanos de Donald E. Brown (1991), transformada em livro e bastante citada em debates das ciências cognitivas. Quando falamos sobre cultura há, na maioria das vezes, uma tendência a listar todos os aspectos que afastam os grupos entre si, suas incompatibilidades e divergências. Em um esforço inverso, Brown estuda, analisa e compila milhares de semelhanças entre culturas diversas ao redor do mundo. Todos os grupos humanos, em alguma medida, apresentam valores estéticos, crenças em divindades, vínculos de apego e de afeição, expressões de

medo na infância, conflito, choro, rituais após o falecimento e sentimentos morais, para citar alguns. Constatações como essa podem ajudar a fortalecer a defesa de Haidt quanto à existência de domínios morais inatos à natureza humana, sua Teoria das Fundações Morais, que será exposta no capítulo seguinte. No entanto, os estudos antropológicos no campo da moralidade geralmente são usados para contrapor as teses de Haidt, não endossá-las. Mais adiante, veremos alguns exemplos que podem dificultar as formulações do autor.

### 3 A MORALIDADE PARA A PSICOLOGIA EXPERIMENTAL DE JONATHAN HAIDT

#### 3.1 O intuicionismo social

O modelo sócio-intuicionista de Haidt, formulado inicialmente em *The emotional dog and its rational tail: a social intuitionist approach to moral judgment* (2001), se apresenta como uma alternativa ao programa racionalista (cognitivo-desenvolvimentista) que preponderava nos estudos sobre moralidade na segunda metade do século XX. Segundo Haidt, nossos juízos morais são originados a partir de intuições morais rápidas seguidas, eventualmente, de raciocínios argumentativos (HAIDT, 2001, p. 817). Buscando sustentar esse processo racional posterior, diz Haidt, fazemos uso das justificativas comportamentais ofertadas por nossa cultura.

Para compreender corretamente a tese proposta pelo autor, é importante ter em mente sua definição de intuição moral (HAIDT e BJORKLUND, 2008, p. 188). Essa definição seria: quando julgamos as ações de uma pessoa, nossa consciência experiencia o súbito aparecimento de um sentimento avaliativo, isto é, desgosto ou apreço, sem para isso percorrer um caminho de ponderação controlada de evidências. Haidt (2020, p. 10) argumenta: “[...] intuições morais surgem automaticamente, quase instantaneamente, bem antes que o raciocínio moral tenha chance de começar, e essas primeiras intuições tendem a direcionar o nosso raciocínio posterior.”

No quadro abaixo, vemos a sistematização do Modelo Intuicionista Social de Haidt (2001). Há, conforme expõe o quadro, a partir de uma situação gatilho, um momento inicial intuitivo, seguido por um raciocínio (posterior ao juízo), expresso com a finalidade de influenciar os demais a aderirem à nossa intuição primeira. As ligações seguintes dizem respeito às respostas externas ao nosso juízo, manifestadas por aqueles que estão ao nosso redor, e que também podem nos levar a alterar nossas intuições. Algumas vezes, essa alteração acontece sem estímulos de terceiros, em um processo de reflexão privada. Haidt alerta, entretanto, que esse último movimento (indicado pela ligação 6, em linha pontilhada) é pouco frequente. A ligação 4, por sua vez, correspondente à persuasão social, possui um peso muito mais significativo em nossas mudanças de opinião. É a poderosa força do grupo influenciando em nossa bússola moral.

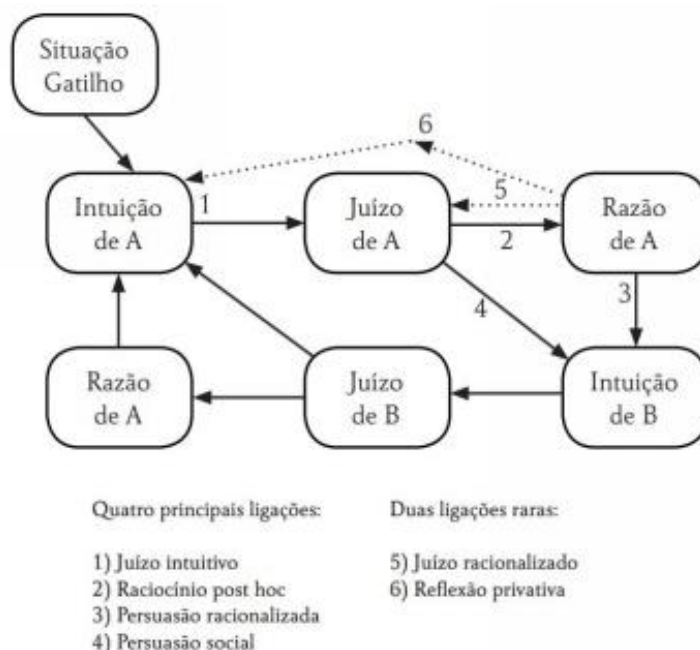


Figura 2 - Modelo Intuicionista Social (Haidt 2001, pág 815).

### 3.2 Os três conjuntos éticos

Em seu mais recente trabalho, Haidt (2020) introduz uma noção interessante, usualmente explorada por antropólogos: o domínio moral apresenta variação conforme a cultura em que o sujeito está inserido. Culturas ocidentais tendem a ser individualistas e a restringir o alcance de seus juízos morais, respeitando aquilo que Schweder (1997) - antropólogo, psicólogo cultural e mentor de Haidt - chama de ética da autonomia, onde o indivíduo se sobrepõe ao todo. Em culturas regidas pela ética da comunidade, por sua vez, há um senso de obrigação e de integração ao coletivo, e os desejos próprios são negados em prol do grupo ao qual se está inserido. Nesse cenário, não apenas ofensas ou agressões fazem parte da esfera moral, mas também tabus inofensivos (assim considerados na formulação de Haidt) sem vítimas aparentes. Essas culturas sociocêntricas costumam ter um domínio moral bastante abrangente, regulando uma quantidade maior de aspectos cotidianos, como a alimentação e a vestimenta. Haveria, ainda, grupos regidos pela ética da divindade. Nesse conjunto, homens são vistos como criaturas dotadas de alma, cujo valor transcendental e inalienável as impede de profanar seu corpo. O desenvolvimento de

conceitos como pecado, santidade e degradação corresponde a esse esquema de crenças.

A tese levantada é que a distinção entre moralidade e convenção social não é evidente em todas as culturas. Conforme Schweder (1997) observou em seu estudo em Orissa, indianos consideram moralmente errado uma viúva que consuma peixe com frequência, ou uma mulher que defeque e volte a cozinhar sem antes trocar de roupa. Não apenas indelicado, de mau tom ou contrário às normas de boa convivência - essas eram ações eram vistas como carregadas de peso moral, dignas de repreensão severa. No entanto, para os entrevistados de Chicago, adeptos à ética da autonomia, os comportamentos das indianas eram vistos como irrepreensíveis, e sua proibição como insensata.

Quando indivíduos são colocados em primeiro lugar, antes da sociedade, toda regra ou prática social que limita sua liberdade pessoal pode ser questionada. Se a regra não protege alguém de sofrer ofensa, ela não pode ser moralmente justificada. É uma convenção social (HAIDT, 2020, p.27).

Em sua vinda ao Brasil, procurando por casos semelhantes aos encontrados por Schweder, Haidt teve uma decepção. Adultos de classe média e classe média alta pouco se distinguem daqueles entrevistados em seu país natal. O pesquisador observou diferenças mais significativas entre entrevistados de classes abastadas e seus empregados do que entre brasileiros e norte-americanos de condição financeira similar. Da mesma forma, ao sair do campus universitário da Filadélfia e conversar com os trabalhadores do McDonald's ao lado, o psicólogo pode ver o abismo de percepções e julgamentos morais se intensificar.

Adultos de classe alta, afirma o autor, são mais propensos a bloquear sua aversão instintiva e não condenar moralmente os atos tabus, enquanto adultos de classe baixa, em sua maioria, reprovam os atos mesmo que não encontram justificativas para isso. Esse fenômeno é observado, especialmente, quando os integrantes do primeiro grupo fazem parte daquilo que os pesquisadores Joseph Henrich, Steven Heine e Ara Norenzayan (2010a) nomeiam W.E.I.R.D, um acrônimo para Western (ocidental), Educated (educado), Industrialized (industrializado), Rich (rico) e Democratic (democrático), tradicionalmente adeptos à ética da autonomia.

### 3.3 Os experimentos de Haidt

Foi pensando sobre a descoberta de Schweder (1997) que Haidt elaborou aquele que seria o mais importante estudo de sua carreira. Parecia faltar, na formulação do experimento de seu mentor, indagações sobre o porquê. Por qual razão os participantes faziam os julgamentos que faziam? Qual justificativa davam para suas condenações ou permissões? Nada disso havia sido investigado por Schweder.

Um ditado da psicologia moral é que ‘alma e cultura fazem uma a outra’. Em outras palavras, você não pode estudar a mente enquanto ignora a cultura, como os psicólogos fazem usualmente, pois as mentes funcionam a partir do momento em que são inseridas numa determinada cultura. E você não pode estudar a cultura ignorando a psicologia, como os antropólogos fazem usualmente, pois as práticas sociais e instituições (ritos de iniciação, bruxaria e religião) são até certo ponto formados pelos conceitos e desejos profundamente enraizados na mente humana, o que explica suas formas similares em diferentes continentes (HAIDT, 2020, p. 112).

O famoso caso de perplexidade moral (do original, *Dumbfoundings*), relatado no trabalho de Haidt com seus colaboradores (2000), é peça fundamental nos debates contemporâneos acerca da divergência entre racionalidade e emoção em julgamentos morais. O experimento oferecia aos entrevistados narrativas tabus, como comer animais de estimação mortos em acidentes, canibalizar um corpo que seria descartado em um laboratório ou o incesto consentido entre irmãos - mas retirava, em sua formulação, toda possibilidade de danos a terceiros ou aos envolvidos.

Os pesquisadores informavam aos entrevistados que o incesto em questão era realizado de forma consensual e sigilosa entre dois adultos usuários de métodos contraceptivos, e sem consequências psicológicas negativas. Ainda assim, as taxas de condenação ao ato chegaram a 80%. Os entrevistados, convidados a explicar por qual razão consideravam errado o que os irmãos fizeram, insistiam em argumentos ruins e não aplicáveis, como “os bebês podem nascer com problemas genéticos”. Mesmo após serem lembrados que não haveria bebês (uma vez que os irmãos estavam protegidos), a grande maioria dos entrevistados preferiu manter sua posição recriminatória. Os voluntários, quando confrontados, riam ou gaguejavam, afirmando não serem capazes de dizer o porquê: “eu apenas sei que é errado”. Com esse

estudo, Björklund, Haidt e Murphy (2000) afirmam ter constatado que razões não são necessárias para o funcionamento de nossos juízos morais. A incapacidade dos sujeitos de encontrar justificativas racionais para suas avaliações morais imediatas indicaria, segundo os autores, um afastamento dos processos lógicos na deliberação.

Esse resultado direcionou o psicólogo a outro questionamento - entender de onde vem nossas justificações. Seriam elas um processo investigativo das causas reais que nos levam a expressar determinado julgamento moral ou o que ocorre é, na verdade, o movimento inverso? Haidt alinha-se à segunda opção: primeiro intuimos e depois elaboramos raciocínios que fundamentam nossas deliberações, o chamado raciocínio *post hoc*. Nossa mente assemelha-se mais a um advogado, ávido por convencimento - ou, na formulação do autor, “um político em busca de votos” - do que a um cientista idôneo em busca da verdade. Leonard Mlodinow (2013) afirma coisa semelhante: “a seta causal nos processos de pensamento humano tende de forma consistente a partir da crença para a evidência”, abordagem que os psicólogos chamam “raciocínio motivado”. Uma das máximas de Haidt, intitulada em seu livro (2020) como primeiro princípio da psicologia moral, diz “intuições vêm antes, raciocínio estratégico depois”. Como vimos, as respostas às questões inventadas de Haidt não eram percursos lógicos imparciais, mas sim raciocínios motivados visando comprovar as reações emocionais iniciais dos entrevistados.

Em *A mente moralista* (2020), Haidt afirma que nosso raciocínio moral tem, como função principal, influenciar aqueles que estão ao nosso redor. Ele teria evoluído, argumenta o autor, não como uma ferramenta auxiliar na descoberta da verdade, mas com o intuito de nos ajudar a debater, persuadir e influenciar nossos iguais em trocas informacionais. Essas raízes evolutivas aproximariam o raciocínio moral do desenvolvimento da linguagem, concebida por alguns estudiosos como instrumento de convencimento e manipulação em favor da reputação de quem enuncia. Em tempos remotos, estabelecer uma boa fama e consolidar a aceitação em grupos era fundamental para sobrevivência. A verbalização das motivações por trás de determinado julgamento moral seria, portanto, manifestação de nossa formação evolutiva: ao estabelecer nossos juízos, consideramos a avaliação de nossos pares e demais integrantes do grupo.

Haidt e Wheatley (2005), com a intenção de verificar a relação entre os julgamentos intuitivos e os julgamentos morais utilizam, em outro experimento, a

técnica da hipnose. Previamente, os voluntários submetidos à hipnose eram orientados a sentir um instante de angústia ao escutar certas palavras, como “pegar” e “sempre”. Em um segundo momento, com os sujeitos já acordados, Wheatley contava seis histórias com violações morais e uma história moralmente neutra. O desejo inicial era monitorar a severidade com que os entrevistados julgariam as narrativas que tivessem as palavras-gatilho, em comparação com as outras três, de conteúdo semelhante, mas sem a presença dos itens lexicais. Esperava-se, porém, que os indivíduos fossem capazes de retrain sua aversão irracional àquela que possuía os termos, mas que não apresentava nenhuma violação em seu conteúdo. Surpreendentemente, um terço dos entrevistados manifestou desaprovação e, mais do que isso, buscou forjar justificações para essa reação incoerente.

Mas será mesmo que estados corporais, que sensações como “angústia” ou “desconforto” têm um papel tão decisivo em um processo mental supostamente racional, como os nossos juízos morais? Pode parecer bastante simplista, mas um experimento na Universidade de Toronto (Zhong e Liljenquist, 2006) solicitou que alguns sujeitos lavassem as mãos antes de responder questões relacionadas à pureza, como o consumo de drogas e de pornografia. Aqueles que haviam passado pela água e sabão, quando comparados aos participantes que não haviam se limpado previamente, mostravam-se mais rigorosos ao avaliar as temáticas. De modo similar, sujeitos expostos a narrativas transgressoras demonstravam uma ânsia posterior por purificação, sendo mais propensos a consumir materiais de higiene.

Em outro estudo, realizado na universidade de Cornell (HELZER e PIZARRO, 2011), entrevistados eram inquiridos sobre seus posicionamentos políticos. Aqueles que estavam próximos a um higienizador de mãos expressavam crenças temporariamente mais conservadoras, especialmente em relação à sexualidade. Esse movimento foi nomeado pelos pesquisadores de Efeito Lady Macbeth, em referência à personagem shakespeariana cuja culpa pelo homicídio cometido foi transposta ao mundo físico, desencadeando uma obsessão com a purificação de seu exterior. A imoralidade e a sujeira física, argumenta Haidt, parecem estar vinculadas em nossa mente, gerando reações inacreditáveis como as descritas nos experimentos acima. Mais uma vez, a racionalidade é colocada em segundo plano, fortalecendo a tese da primazia emocional em nossas deliberações.



Afinal, seria vantajoso almejar o contrário? É desejável que deixemos nossos sentimentos de lado na hora de tomar decisões morais? Há um grupo de pessoas conhecido por sua frieza deliberativa: os psicopatas. Conforme argumenta Haidt “estudos de varredura do cérebro confirmam que muitas áreas emocionais, incluindo a amígdala e o vmPFC, são muito menos reativas nos psicopatas que nas pessoas normais”. Os casos de psicopatia são bons indicativos da importância dos sentimentos em deliberações morais. Ao retirar o componente emocional do processo de tomada de decisão, não nos tornamos seres super lógicos e altamente éticos, mas sim apáticos ao certo e ao errado. O culto à racionalidade, presente em alguns círculos filosóficos e científicos, inspira-se em um modelo humano não só pouco observável no mundo real - a maioria de nós não possui a habilidade de se afastar completamente de seus sentimentos ao fazer juízos morais -, mas também com consequências negativas para o bem comum.

#### 3.4 A origem da moralidade

O outro eixo investigado por Haidt é a aquisição de princípios morais. Nascemos com disposições morais, como sustenta a hipótese do inatismo, ou somos inteiramente dependentes do meio em que estamos inseridos, como argumenta a tese empirista? Um dos problemas com a segunda hipótese é a constatação de que certas coisas são facilmente passíveis de aprendizado como, por exemplo, a aversão por insetos, enquanto outras, como a repulsa por justiça ou por sol poente, dificilmente o seriam. Os defensores do inatismo, por sua vez, precisam lidar com a influência de terceiros em nossas crenças - pais, líderes religiosos ou círculo social - e com a variação dos parâmetros morais ao redor do mundo e dos séculos.

A dualidade entre natureza e criação já rendeu diversos estudos - e alguns embates acalorados - dentro das ciências humanas e biológicas. *Tabula Rasa: a negação contemporânea da natureza humana*, importante obra de Steven Pinker (2002), como o próprio nome indica, se propõe a analisar a validade do argumento Lockiano. Sabendo que o assunto tem a tendência de exaltar os ânimos, Pinker nomeou um dos capítulos de seu livro de “vespeiro”, e adotou uma postura diplomática ao explorar seus desdobramentos. Apesar de se considerar um grande

crítico do construtivismo social, da psicologia behaviorista e de outros derivados, o cientista cognitivo não nega o valor do ambiente no comportamento humano: “Natureza e criação não são alternativas excludentes”, diz. Mas faz um esforço, intelectual e didático, para separar devidamente o que cabe a cada terreno.

A perspectiva de Haidt sobre a aquisição de princípios morais firma-se no polo inatista com certa ferocidade. A ideia central que o autor estabelece em seu modelo é de que há uma forte predisposição humana a certas preferências, sendo a tendência ao aprendizado moral uma ramificação disso. Pesquisadores reúnem evidências do desenvolvimento precoce de nossos julgamentos morais. Conforme observado por todo pai ou pediatra, recém-nascidos choram ao ouvir outros bebês chorarem - experiência que indicaria uma manifestação empática rudimentar. Com menos de um ano, crianças já são capazes de analisar condutas agressivas ou solícitas, e a preferirem as segundas (HAMLIN, WYNN e BLOOM, 2007).

Haidt argumenta que emoções de aversão, como raiva ou nojo, são como cães de guarda da moralidade - oferecem aos indivíduos um sentimento imediato quanto à aceitabilidade da ação. A sua Teoria das Fundações Morais, ancorada no campo da psicologia evolucionária, defende a existência de sistemas inatos (módulos mentais) implantados através da evolução em cérebros humanos, preparados para sentir instantes de aprovação ou desaprovação quando expostos a certos eventos. Os polos sensíveis intuitivos foram divididos em cinco grupos, cada qual representante de um módulo mental: (a) sensibilidade à dor dos outros (agressão/cuidado); (b) valorização de figuras hierárquicas e de normas (autoridade/respeito); (c) retribuição de favores (justiça/reciprocidade); (d) emoções vinculadas a temas sensíveis como sexo, manuseio de cadáveres ou comida (pureza/santidade); fronteiras de pertencimento/não-pertencimento a grupos determinados (HAIDT e BJORKLUND, 2008, p. 203). Desrespeitar um dos grupos, como o domínio da pureza ou da justiça, por exemplo, provocaria reações negativas universais.

O conteúdo de cada polo, no entanto, poderia apresentar variações culturais. A criança, nesses termos, não seria controlada estritamente pelo ambiente, mas sim exposta, por meio de uma “externalização assistida”, a exemplos cotidianos que configurariam e refinariam seu maquinário moral inato.

Alguns relatos, coletados em Nepal por um grupo de antropólogos, parecem, à primeira vista, desafiar a universalidade dos módulos mentais. Ao assistir a um julgamento do povo Sherpa, é possível questionar, pelo menos, os polos (a) e (c) propostos por Haidt. O trecho abaixo narra o caso de um homem que, sendo acusado de assassinato pelo irmão da vítima, é levado ao tribunal.

Tendo sido acusado e levado à corte sob a suspeita de homicídio, foi infligido ao acusado açoites obrigatórios - o que o deixou aparentemente aleijado pro resto da vida. Mesmo sob coação, ele manteve sua declaração de inocência; A corte tem, agora, tanto o acusado como o acusador sendo açoitados simultaneamente, e os dois mantêm suas versões. A corte, incapaz de chegar a um veredicto, mandou o caso de volta ao primeiro ministro. Ele recomendou que a questão fosse resolvida através de um lançamento de dado. O acusado venceu dois de três arremessos e foi declarado inocente. Exigiu-se que o acusador pagasse um presente simbólico ao acusado. Ele provavelmente se considerou com sorte por não ter sido acusado ele mesmo do crime. (PAUL, 1995, P.28-29).

Os Sherpas parecem possuir um controverso senso de justiça, desvalorizando a busca pela verdade e pela punição dos reais envolvidos em atos criminosos. Ao invés disso, o foco é colocado em violentos rituais de expurgo com pessoas não necessariamente responsáveis. O intuito, alegam os nativos, é o restabelecimento da ordem comunitária. Em seus juízos morais, há uma substituição do conceito de culpa, geralmente atribuída em sentenças longas de isolamento - como no caso das prisões em sociedades ocidentais -, pela ideia de vergonha pública, de desonra temporária perante seus semelhantes em sanções guiadas.

A preservação da harmonia social se dá, também, através de narrativas inventadas e de um acordo tácito quanto a não falar claramente sobre certos aspectos da vida cotidiana. Essa combinação inclui uma postura contrária a especulações sobre motivações e intenções - rumações desse tipo possuiriam um caráter disruptivo. O povo Sherpa, ao evitar enfaticamente refletir acerca dos pensamentos de terceiros, experiencia o que os antropólogos chamam de "opacidade da mente".

Portanto, é possível argumentar que, apesar dos recursos utilizados, o povo Sherpa reconhece a importância do polo (c). Sua busca por uma coexistência pacífica e pela reinclusão do indivíduo punido na sociedade, mesmo que através de uma

ficcionalização do passado, indica uma valorização dos laços de reciprocidade que os mantém funcionais enquanto comunidade.

## 4 CRÍTICAS: DIVERGÊNCIAS E CONVERGÊNCIAS

### 4.1 O emocionismo de Jesse Prinz

Os casos de perplexidade moral (BJORKLUND, HAIDT e MURPHY, 2000) foram importantes âncoras para a formulação emotivista de Prinz. Em seu raciocínio filosófico, o autor faz uma defesa enfática da primazia das emoções em discussões sobre moralidade. Com forte viés empírico, seu trabalho tem como base evidências fornecidas por experimentos da psicologia moral, e apoia-se na neurociência, na antropologia e na psicopatologia. Observando o que fora produzido pelos pesquisadores dessas áreas, Prinz afirma que não há indícios para que se defenda uma compreensão de propriedades morais sem a participação das emoções (PRINZ, 2007). Nesse sentido, Prinz aproxima-se de Haidt, pois entende que, para a realização julgamentos morais, as emoções são necessárias e suficientes. Assim como o psicólogo, Prinz utiliza o caso dos psicopatas para fortalecer sua tese. Afinal, esse grupo apresentaria uma deficiência emocional e, concomitantemente, uma deficiência em realizar julgamentos morais.

Há uma fatura de testes laboratoriais sustentando a aproximação entre moralidade e emoções. Com o desejo de provar que as emoções conduzem nossos juízos de valor, equipes formadas por neurocientistas analisaram, em um *scan*, as funções cerebrais de voluntários expostos a pequenas narrativas de contravenções morais. Os entrevistados deveriam distinguir ações incorretas de uma perspectiva semântica - como, por exemplo, "X bebeu o livro" - daquelas que fossem moralmente incorretas, como "X roubou a casa de Y". O que se observou com esses estudos de neuroimagem é que, de fato, há uma maior ativação cerebral de áreas emotivas quando os cenários envolvem violação moral. O próprio Prinz admite, no entanto, que constatar empiricamente a existência de um vínculo cerebral entre emoções e juízos morais não estabelece, necessariamente, uma relação causal entre as partes.

O pensamento de Prinz, assim como o de Haidt, é uma oposição à ética kantiana, famosa por ignorar as reações sensíveis e priorizar a universalização coerente de princípios morais. Para Kant e demais racionalistas, sentimentos não são necessários à motivação para a ação correta - as emoções podem estar envolvidas

em julgamentos morais, mas não são constituintes essenciais da moralidade. Ou seja, Kant não afirma que, na prática, o homem seja sempre hábil em impedir que seus sentimentos afetem suas decisões morais - o que ele defende é que essa não é uma conduta desejável. Para um racionalista, as propriedades morais não estão vinculadas com nossas paixões - algo não é imoral necessariamente por despertar minha rejeição sensível. Em *The emotional construction of morals* (2007), Prinz esforça-se para advogar que sim.

Há, na filosofia da mente, um famoso debate acerca do conhecimento e da experiência consciente. O argumento, inicialmente formulado por Frank Jackson (1986, 1992) e extensamente comentado por filósofos da mente (Dennett, Nagel, Searle), chama-se *O quarto de Mary*. Nele, existe uma cientista neurofisiologista que, por razões não esclarecidas, investiga o mundo através de um televisor preto-e-branco em um quarto também preto-e-branco. Ela detém todo conhecimento teórico sobre estados cerebrais, sobre processamento de cores no sistema nervoso central, e assim por diante. A questão que se formula é: caso Mary saia do quarto e se depare com o mundo a cores, ela aprenderá algo novo?

O experimento mental Moral Mary, de modo similar aos anteriores, pretende evidenciar a diferença entre compreender racionalmente algum conceito (nesse caso a moralidade) e experienciá-lo de fato. Este é considerado um dos argumentos mais fortes de Prinz. Neste cenário, Mary, que já atingiu a maioridade, é portadora de todas capacidades cognitivas e intelectuais. O que a diferencia dos demais é que ela não teve uma educação moral, não desenvolveu, portanto, emoções morais (culpa, remorso, empatia) usualmente vinculadas a julgamentos desse tipo. Desejando aprender sobre o assunto, Mary adquire uma vasta gama de bibliografia associada, indo de Kant aos utilitaristas. Após a leitura de todos os textos, Mary é capaz de identificar se determinada ação maximiza a utilidade e se ela é passível de ser universalizada sem gerar contradições. Mas seria isso o suficiente para que Mary saiba, de fato, se a ação em questão é moralmente correta ou se é imoral?

Se Moral Mary não pode adquirir os conceitos ordinários de bom e mal ou certo e errado lendo sobre as propriedades descritas nas teorias éticas normativas, então não pode ser o caso que aquelas propriedades são constitutivas de nossos conceitos morais ordinários. (PRINZ, 2007, p.39).

Para o filósofo, Moral Mary não consegue fazer uso dos conceitos morais como os demais, da mesma forma que a Cientista Mary não era capaz de sentir determinadas propriedades do mundo físico antes de deixar o quarto. Por mais que o caso de Moral Mary seja um exercício ilustrativo, Prinz argumenta que existem pessoas no mundo real que enfrentam situação semelhante - novamente, o grupo dos psicopatas. Em certos casos, quando articulados e perspicazes, os portadores desse transtorno parecem, em um nível superficial, compreender a moralidade. Mas essa compreensão, argumenta Prinz, ocorre como quando um típico cidadão WEIRD (western, educated, industrialized, rich, democratic) lê sobre o vocabulário moral de indianos adeptos à ética da comunidade e à ética da divindade - reconhecendo intelectualmente seus valores convencionais, mas sem deles partilhar. Não à toa, regras de etiqueta e regras como “não matarás” são dificilmente distinguidas entre psicopatas: há uma ciência conceitual, mas não uma experiência genuína.

A afastamento de Prinz quanto às explicações de Haidt está no eixo (b) - a aquisição de nossos princípios morais. O autor descarta a hipótese inatista e opõe-se a universalizações morais, reafirmando sua crença no papel condicionador da cultura e das estratificações sociais dos sujeitos analisados (classe, gênero, nacionalidade, escolaridade e etnia, por exemplo). Nossas intuições morais são consequência de nossas emoções, e as regras que construímos a partir disso são muito mais efeito da convivência em sociedade e da necessidade de uma estrutura funcional, do que de princípios inatos implantados em nossa natureza humana, conforme defende Haidt. Para reforçar seu argumento, Prinz mobiliza contribuições de antropólogos também adeptos ao papel definidor da cultura na formação de valores morais.

Eu argumentarei que a moralidade deriva de nós. O bom é aquilo que nós elegemos como sendo o bom. O obrigatório é aquilo que nós elegemos como sendo o obrigatório. O ‘nós’ aqui refere-se à pessoa que faz um juízo moral e ao grupo cultural a que esse indivíduo está afiliado. Se o bem é aquilo que nós elegemos como sendo o bom, então nós podemos dizer que nossas obrigações são dadas pelo que nossas crenças morais nos mandam fazer. Descobrir que o que nós acreditamos sobre a moralidade é uma tarefa descritiva *par excellence*, e que pode ser frutiferamente pesquisada empiricamente. Desse modo, ética normativa pode ser abordada como uma ciência social. (PRINZ, 2007, p.1)

Contrariando a Teoria dos Fundamentos Morais (TFM) e seus módulos mentais, Prinz apresenta o caso do povo de Papua Nova-Guiné, os Gahuku Gama. Para eles, não há imoralidade visível em ferir outras pessoas, desde que essas não façam parte do seu grupo. A descoberta iria de encontro com a primeira fundação definida por Haidt, a de que seres humanos sentem, universalmente, aversão à dor dos outros. Por outro lado, os Gahuku Gama demonstram validar o pólo (b) valorização de figuras hierárquicas e de normas (autoridade/respeito) e o pólo (c) retribuição de favores (justiça/reciprocidade), uma vez que não acreditam ser correto infringir sofrimento àqueles com quem estabelecem uma relação de codependência.

Se fatos morais dependem de nossas respostas emocionais, coisa que tanto Prinz quando Haidt concordam, e se essas respostas emocionais variam de cultura para cultura - o que o filósofo tenta provar com exemplos retirados de estudos antropológicos - então não há como afirmar que exista, na mente humana, um sistema inato homogêneo de princípios morais. Os sentimentos, para Prinz, são mais do que relevantes no processo de deliberação: eles criam a moral. E essa construção pode ocorrer, através dos séculos e das sociedades, de maneiras distintas - conforme provariam as diferentes percepções de certo e errado ao redor do mundo. Prinz assume, portanto, uma visão relativista, subjetivista, anti-racionalista e situada no campo da ética não-cognitivista, uma vez que entende juízos morais enquanto atitudes emocionais.

#### 4.2 Joshua Greene

O racionalizador moral se sente de certa maneira em relação a uma questão moral e cria uma justificativa aparentemente racional para o sentimento. De acordo com Jonathan Haidt, somos todos racionalizadores morais consumados, e isso faz perfeito sentido, dados nossos cérebros de processo dual. Nossas configurações automáticas nos dão respostas morais emocionalmente convincentes e nosso modo manual começa a trabalhar para gerar justificativas plausíveis para essas respostas (GREENE, 2018, p.287).

O professor de psicologia da universidade de Harvard, Joshua D. Greene tem se dedicado a ensinar e a pesquisar sobre como os raciocínios e as decisões morais



são processados pelo cérebro humano. Seus estudos são complementares aos de Jonathan Haidt, seja porque há corroboração em evidências encontradas, seja pelas semelhanças de seus questionamentos.

Em seu livro (2018) de divulgação científica *Moral Tribes: Emotion, reason and the gap between us*, Greene pretende responder às questões sobre a origem e o funcionamento da moralidade através de dados recentes encontrados em pesquisas científicas. Para realizar a tarefa, segue a linha de Antônio Damásio e Daniel Kahneman, e defende a utilidade da ferramenta conceitual que separa o pensamento humano em dois modos - um deles “rápido”, intuitivo e emocional e o outro “lento”, deliberativo e lógico. Acrescenta, a isso, o aparato da psicologia evolucionista darwiniana, da filosofia experimental e da neurociência.

Segundo Greene, a moralidade pode ser definida como um conjunto de adaptações psicológicas que permite que indivíduos deixem de ser egoístas e acumulem os benefícios do auxílio mútuo. Do ponto de vista darwinista, a moralidade evoluiu para proporcionar maiores possibilidades cooperativas - são frutos dessa evolução o altruísmo, a abnegação e a disposição de arcar com um custo pessoal para beneficiar os demais (GREENE, 2018). Conforme argumenta o autor, os seres humanos são “projetados” para a cooperação. No que diz respeito à visão de mundo darwinista, Haidt e Greene são colegas.

Greene também se aproxima de Haidt em sua ressalva à nossa tendência de oferecer assistência ao próximo: ela existe, mas somente com alguns. A evolução dotou nossos cérebros com a capacidade de cooperar dentro de certos grupos, e não com tudo e com todos (GREENE, 2018). Segundo ele, a moralidade evoluiu não apenas para colocar o “nós” na frente do “eu”, mas também para colocar o “nós” na frente do “eles”.

Ambos os autores parecem concordar que a moralidade se desenvolveu para que uma cooperação entre indivíduos potencialmente egoístas e o grupo a que pertencem fosse possível, mas não para permitir a colaboração entre grupos distintos. Ainda é necessário, portanto, que algo em nossa natureza se altere para que grupos com valores morais conflitantes possam coexistir pacificamente. Em seu livro (2018), o autor propõe uma forma de “metamoralidade” baseada no utilitarismo - Haidt, por sua vez, também demonstra preocupação em relação a esse desafio, mas suas sugestões pragmáticas se voltam para o diálogo pluralista.

### 4.3 A resposta racionalista: o experimento de perplexidade moral visto pela ótica do risco de dano

Uma das críticas possíveis ao experimento de perplexidade moral de Haidt é a feita por Sinnott-Armstrong, Yin e Stanley (2019). Segundo eles, as *dumbfoundings* manipulam o entrevistado eliminando todos os potenciais riscos das histórias. Acontece que, similar ao nosso julgamento quanto a dirigir alcoolizado, analisamos os atos dos envolvidos por sua alta probabilidade de maus resultados, independente de se, no caso em específico, esses riscos foram anulados. Buscando fortalecer seu argumento, os pesquisadores elaboraram um outro experimento, desta vez alterando a gama de julgamento dos entrevistados. Os sujeitos deveriam não mais permitir ou condenar, mas sim avaliar, de 1 a 7, as chances de a ação levar a danos e a severidade do erro moral. Como esperado, a maioria dos participantes recriminava com mais intensidade aquelas atividades que eles considerassem ter, também, maior risco de dano.

Os resultados encontrados por Sinnott-Armstrong, Yin e Stanley (2019) apontam para uma interpretação alternativa. Para o trio, os sujeitos de Haidt (2000) não estavam agindo de forma irracional, puramente emotiva, ao se recusarem a mudar de opinião quanto a seus julgamentos morais. O que ocorreu, na verdade, foi um processo bastante coerente de rejeição a práticas irresponsáveis: os entrevistados estariam “elaborando raciocínios com razões ocultas”, baseando seus juízos em previsões universalizáveis.

Mesmo que, no caso em questão, o canibalismo tenha ocorrido respeitando todas diretrizes de higiene e nenhuma pessoa tenha sido machucada para isso, altas são as chances desse cenário não se repetir. Da mesma forma, apesar dos pesquisadores de Haidt garantirem que o incesto consentido não gerou traumas psicológicos aos envolvidos, não há como prever o resultado - assim como não é possível eliminar por completo o risco de problemas genéticos à prole, considerando que métodos contraceptivos não são inteiramente eficazes. A constatação de que há, nos famosos casos de *dumbfoundings*, a presença de razões morais subjacentes, apresenta um problema para teorias emocionistas, já que essas defendem emoções como suficientes para a posse de conceitos morais.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que as teses de Jonathan Haidt sofram críticas - processo natural a toda teoria relevante - a sua contribuição e o seu lugar na psicologia moral recente é de grande destaque. Podemos dizer, também, que essa influência se estende ao campo mais amplo das ciências sociais, uma vez que há um diálogo frequente entre os teóricos associados a outras áreas e as reflexões do psicólogo social. Neste trabalho, buscou-se intercalar o pensamento de Haidt às demais formulações sobre o tema, contemplando perspectivas divergentes e apresentando algumas das principais respostas ao pensamento emocionista. Isso para saber qual a importância de seus conceitos e do resultado de seus experimentos para a nova sociologia da moral.

O argumento de Sinnott-Armstrong, Yin e Stanley (2019) ao experimento da perplexidade moral (2000) é um forte obstáculo aos adeptos à tese das emoções como protagonistas em nossas deliberações morais. Se, como defendem os filósofos, há um critério racional subjacente aos juízos aparentemente emocionais dos participantes, então os defensores do emocionismo precisarão repensar as justificativas de sua corrente teórica. Mas, se ao contrário, as razões ocultas de potencial risco de dano mobilizadas pelos entrevistados não se confirmarem, Haidt, Prinz e demais pesquisadores seguem firme nesta que se estabelece como uma das mais aceitas explicações de como nossos juízos morais são realizados.

A descrição de Haidt quanto ao aprendizado moral humano sugere que o cérebro está, em algum grau, programado para aprender regras e julgar ações como certas ou erradas. Mesmo levando em conta as diferenças culturais e temporais, esse aprendizado tende a agregar as normas em grupos temáticos, conforme propõe Haidt em seus módulos mentais. Os relatos de Paul Robert (1995) e Prinz (2007) sobre os povos que, supostamente, não estariam em conformidade com os sistemas inatos de Haidt não encerram a questão.

A Teoria dos Fundamentos Morais é capaz de conciliar as características emocionais básicas da espécie humana com a variedade de nossos juízos morais, uma vez que ela não nega os ajustes particulares que cada grupo cultural possa fazer ao sistema. O que significa que a teoria de Haidt parece se enquadrar no modelo sugerido por Hitlin e Vaisey para a nova sociologia da moral:

For our purposes, the interesting questions seem less about the truth of any particular moral code and more about (a) determining the proper relationship between innate moral capacities and the moral variation observed within and between societies (...); (b) empirically analyzing the contours of moral variation within and between societies; and (c) uncovering the social antecedents of particular moral frameworks and their social and behavioral consequences (HITLIN e VAISEY, 2010).

A leitura de que povo Sherpa estaria dessensibilizado à justiça por aderir a um formato distinto de julgamento é enviesada por um modelo ocidental de punição através da culpa e do isolamento social. É possível entender que os Sherpa possuam, de fato, o módulo equivalente à reciprocidade e à justiça, ainda que adequado ao seu sistema de crenças.

Apesar de convincente, a teoria de Haidt quanto à origem inata e universal de nossos princípios morais corre alguns riscos. Por se tratar de uma tese relativamente nova, a afirmação de que exista módulos mentais para a moralidade é, ainda, puramente especulativa em termos neurocientíficos e carece de provas laboratoriais - fato reconhecido por Haidt. Ainda assim, sua resposta à questão (a) deste trabalho, o Modelo Intuicionista Social (2001), segue tendo uma sólida base empírica e, ao que tudo indica, continuará recebendo acréscimos de pesquisadores vinculados às ciências cognitivas.

Com relação a relevância geral dos estudos de Haidt para a emergente sociologia da moral, a conclusão do presente trabalho é a de que há muitos pontos de conexão teórica que podem ser explorados e que provavelmente seriam produtivos. A teoria de Haidt é capaz de absorver aprofundamentos tanto no nível biológico quanto no aspecto “macro” do comportamento humano, isto é, no âmbito sociocultural. Além disso, os insights que ela traz podem ser remodelados em diferentes estudos em outras disciplinas. A sociologia tem a ganhar e acrescentar quando dialoga com estudos como o de Haidt. Hitlin acerta quando afirma que “(...) na medida em que as ciências se tornam cada vez mais interdisciplinares, colocamos em desvantagem como campo se falharmos em envolver corretamente tais áreas (...)” (HITLIN, 2015).

## REFERÊNCIAS

BJORKLUND, F; HAIDT, J; MURPHY, J, MURPHY, S. Moral dumbfounding: When intuition finds no reason. *Lund Psychological Reports*, v. 1, n. 2, p. 1–23, 2000.

BROWN, D. E. *Human universals*. New York: McGraw-Hill, 1991.

GREENE, J. *Tribos morais: a tragédia da moralidade do senso comum*. Rio de Janeiro: Record, 2018.

HAIDT, J. The emotional dog and its rational tail: A social intuitionist approach to moral judgment. *Psychological Review*, vol. 108, n. 4, p. 814–834, 2001.

\_\_\_\_\_.; BJORKLUND, F. Social intuitionists answer six questions about moral psychology. In: SINNOTT-ARMSTRONG, W. (Ed.), *Moral psychology: Vol. 2. The cognitive science of morality: Intuition and diversity*. Cambridge, MA: MIT Press, 2008a.

\_\_\_\_\_. *A mente moralista: as origens da polarização contemporânea*. Amazon, 2020.

HAMLIN, J.; WYNN, K.; BLOOM, P. Social evaluation by preverbal infants. *Nature*, v. 450, p. 557–559, 2007.

HARRIS, S. *The moral landscape: How science can determine human values*. New York, NY: Free Press, 2010.

HELZER E; PIZARRO, D. *Psychological Science*. OnlineFirst, published on March 18, 2011. DOI: 10.1177/0956797611402514.

HENRICH, J; HEINE, S. J.; Norenzayan Ara: The weirdest people in the world? *Behavioral and Brain Sciences*, v. 33, p. 61-83, 2010a.

HITLIN, S. Os Contornos e o Entorno da Nova Sociologia da Moral. In: WEISS, R.; ROSATI, E. (Eds.). *Sociologias*, vol. 17, n. 39, p. 26-59, 2015.

\_\_\_\_\_. Social Psychological Ingredients for a Sociology of Morality. In: JEFFRIES, V. (Ed.). *The palgrave handbook of altruism, morality and social solidarity: Formulating a Field of Study*. Palgrave Macmillan: New York, 2014.

\_\_\_\_\_.; VAISEY, S. Reviving the Sociology of Morality. In: HITLIN, S.; VAISEY, S. (Eds.). *Handbook of The Sociology of Morality*. New York: Springer-Verlag, 2010.

\_\_\_\_\_.; VAISEY, S. (Eds.). Handbook of The Sociology of Morality. New York: Springer-Verlag, 2010.

JACKSON, F. What Mary Didn't Know. The Journal of Philosophy, vol. 83, n. 5, p. 291-295, 1986.

JEFFRIES, V. (Ed.). The palgrave handbook of altruism, morality and social solidarity: Formulating a Field of Study. Palgrave Macmillan: New York, 2014.

LAMONT, M. Introduction: The Return of the Moral. In: HITLIN, S.; VAISEY, S. (Eds.). Handbook of The Sociology of Morality. New York: Springer-Verlag, 2010.

MLODINOW, L. Subliminal: How Your Unconscious Mind Rules Your Behavior. Vintage Books, 2013.

MOORE, G. E. Principia Ethica. Cambridge: University Press, 1903.

PINKER, Steven. Tábula Rasa. A negação contemporânea da natureza humana. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

PRINZ, J. The Emotional Construction of Morals. New York: Oxford University Press, 2007.

SHWEDER, R. A.; MUCH, N. C.; MAHAPATRA, M.; PARK, L. The "big three" of morality (autonomy, community, divinity) and the "big three" explanations of suffering. In BRANDT & ROZIN (Eds.), Morality and health. Taylor & Frances/Routledge, 1997, p. 119 - 169.

SINNOTT-ARMSTRONG, W.; STANLEY, M; YIN, S. A reason-based explanation for moral dumbfounding. Judgment and Decision Making, vol. 14, n. 2, p.120-129, 2019.

PAUL, R. A. Act and Intention in Sherpa Culture and Society. In: ROSEN, L. Other Intentions: Cultural Contexts and the Attribution of Inner States. Santa Fe, NM: School of American Research Press, 1995.

WEISS, R. Apresentação do Dossiê: Sociologia e Moral. In:\_\_\_\_\_; ROSATI, E. (Eds.). Sociologias, vol. 17, n. 39, p. 15-25, 2015.

\_\_\_\_\_.; PERES, P. Beyond the Altruism-Egoism Dichotomy: A New Typology to Capture Morality as a Complex Phenomenon. In: JEFFRIES, V. (Ed.). The palgrave handbook of altruism, morality and social solidarity: Formulating a Field of Study. Palgrave Macmillan: New York, 2014.

WHEATLEY, T.; HAIDT, J. Hypnotic disgust makes moral judgments more severe. Psychological Science, vol. 16, n.10, p. 780–784, 2005.

ZHONG, C.-B.; LILJENQUIST, K. Washing Away Your Sins: Threatened Morality and Physical Cleansing. *Science*, 2006.